

Uma breve análise do início da situação liberal (1844-45), através dos periódicos:
Conservador, Filho da Joanna e A Tribuna.

Juliana da Silva Drumond

Uma breve análise do início da situação liberal (1844-45), através dos periódicos:
Conservador, Filho da Joanna e A Tribuna.

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro.

Orientador:
Marcello Otávio Neri de Campos Basile.

Nova Iguaçu
2012

Resumo:

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os primeiros anos do quadriênio liberal, a partir da análise dos periódicos liberais: Conservador, Filho da Joanna e A Tribuna; observando a relação do gabinete liberal com a câmara , com Partido Liberal; o diálogo na imprensa entre as folhas liberais e a relação do ministério com os principais assuntos abordados pelo periódico.

A maior parte dos trabalhos sobre esse período em que os liberais estão no poder enfatizam a consolidação de um projeto político ideológico conservador. Entretanto com base na pesquisa bibliográfica e a análise das fontes, apresentaremos um olhar voltado para o ministério liberal e a construção do seu processo de governo.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcello Otavio Neri de Basile (Orientador).

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Adriana Barreto

Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca - UNIRIO

Agradecimentos

Durante o longo período em que passei na universidade certamente não poderia esquecer de agradecer à algumas pessoas que me ajudaram nessa tarefa que foi sobreviver a Graduação. Assim, agradeço abaixo a todos que direta e indiretamente me ajudaram nesse processo.

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientação do Professor Marcello Basile. Conviver com você é uma honra, sou grata por todas as dúvidas tiradas, por todas as conversas, que certamente não foram em vão. Muito obrigada por acreditar na minha pesquisa, e principalmente por acreditar em mim. Quero também agradecer ao professor Álvaro Nascimento que sempre se mostrou disponível em todos os momentos em que precisei de sua ajuda.

Agradeço a minha família por todo apoio nos meus momentos de dúvidas e incertezas. Apoio este que me deu conforto e força, os quais certamente não teria conseguido seguir em frente.

Por último, porém não menos importante, gostaria de agradecer aos amigos que estiveram presente durante toda a Graduação, mostrando seu apoio por meio de longas conversas falando sobre a minha pesquisa e todas as dúvidas relacionadas a esse trabalho. Um agradecimento em especial aos amigos que Felipe Lima, Live França, Elisabete Vasconcellos, Michael (Marc Black), Allofs Daniel Batista, Vinicius Fernandes, Andresa Guerra, Nelson Ferreira, Gabriel e Robson. Mais que especial é o meu agradecimento para amiga Claudielle Pavão que mais que amiga, é um presente Divino pra mim. É maravilhoso ver o quanto amadurecemos juntas.

Sumário

<i>Introdução.....</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo I: O Ministério Liberal e as suas relações.....</i>	<i>4</i>
<i>1.1- Um breve panorama do contexto político e das produções na Imprensa.....</i>	<i>4</i>
<i>1.2- O Ministério Liberal: sua relação com a Câmara e com o Partido.....</i>	<i>6</i>
<i>Capítulo II: Os jornais liberais e o diálogo na imprensa.....</i>	<i>20</i>
<i>Capítulo III: Principais assuntos abordados pelos periódicos.....</i>	<i>30</i>
<i>Conclusão.....</i>	<i>39</i>
<i>Bibliografia.....</i>	<i>41</i>

Introdução

O objetivo principal do trabalho é o início de uma análise do período em que os liberais se encontraram no poder, 1844-1848. Centrado no período do Segundo Reinado, o trabalho se preocupa em entender as disputas entre o Partido Conservador e Partido Liberal.

O Segundo Reinado foi um período marcado por tentativas de ordem e centralização política, práticas defendidas principalmente pelos conservadores na Corte. Era a tentativa de consolidação do Império via relações políticas que tentavam manter a estabilidade, através da maioria de d. Pedro II, e desvincular o Império da imagem de agitação e arruaça características do período anterior, a Regência.

Na tentativa de maior estabilidade política, vários gabinetes foram formados ao longo do Segundo Reinado. Ora conservador, ora liberal, esses gabinetes tomavam decisões que marcavam as posturas defendidas por seus partidos. Os jornais que circulavam na Corte no período de 1844 a 1845 são de extrema importância para a compreensão do início do período em os liberais estavam no poder.

Os partidos políticos, embora se confrontando ao longo desse período, em determinados momentos apresentaram posturas bem próximas. As ideais e as posturas políticas adotadas e o diálogo entre eles, nos permitem expandir um horizonte de possibilidades para essas relações muitas vezes tidas como postura de embate.

Ilmar Mattos, quando trata do Estado Imperial, vê o exercício da direção intelectual e moral por parte dos saquaremas como fundamental para sua consolidação, e caracteriza o período do Regresso Conservador como um período de requalificação da liberdade. Os liberais, ainda que tivessem concepções divergentes dos conservadores, não conseguiram, segundo ele, romper com a concepção de sociedade e adotaram práticas saquaremas enquanto estiveram no governo (1844-1848). Enquanto os liberais lutavam por uma liberdade quantitativa, os conservadores estavam preocupados com a qualificação dessa liberdade. A

passagem dos liberais no governo não se diferencia muito da ação conservadora¹. Essa oposição liberal está inserida dentro da hegemonia das práticas e ideais do Partido Conservador.

O Partido Conservador representado pela trindade saquarema ia conseguindo a manutenção da ordem imperial e difusão de uma civilização². Esse processo civilizatório acontece de maneira bastante pedagógica através dos impressos, e em meio a essas práticas encontra-se também a oposição liberal.

O gabinete de dois de fevereiro, formado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, deu início ao governo dos liberais. Esse período é visto como o período que consagra a dominação ideológica dos conservadores. Com foco voltado para esse processo de construção de projeto político liberal algumas questões se fazem pertinentes: como era composto esse Gabinete liberal que estava no poder? como esses representantes se relacionavam com o Partido Liberal? como a imprensa periódica da época encaixava o Ministério nos modelos e vertentes partidárias?

O primeiro capítulo analisa a relação do Gabinete Liberal no poder com a Câmara e com o Partido Liberal. Os periódicos em suas publicações mostram as dificuldades enfrentadas pelo gabinete para manter relações políticas saudáveis com a Câmara. As folhas ainda sugerem ações que devem ser tomadas pelo ministério para contornar essa situação. Sobre a relação do ministério com o Partido Liberal, a análise dos periódicos possibilita enxergar o projeto político do gabinete, e a maneira como esses periódicos o relacionam, ou, com o partido. Esse capítulo apresenta como o projeto políticos de cada partido é identificado e caracterizado pela imprensa liberal da época.

No segundo capítulo, podemos observar como se dá o diálogo entre os periódicos e a importância que esse debate tem na formação da opinião pública. Nesse momento, entra em cena também as folhas de oposição, *O Brasil* e *A Sentinella da Monarchia*, que não podem ser ignoradas dado a importância de seus editores para a formação do Império Brasileiro e, nesse contexto específico, grande oposição ao Gabinete Liberal.

¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

O terceiro capítulo nos possibilitar conhecer os temas que estão no auge das discussões diárias na Corte. Mostra a postura dos jornais em relações aos assuntos que fazem parte do contexto político e social da época, e a expectativa deles em relação a postura do ministério liberal diante dessas situações.

O trabalho se propõe chamar a atenção para a ação do Ministério Liberal enquanto ele se encontra no poder. Suas ações, suas opções políticas, sua relação com o contexto político da sua época e como essa tentativa de colocar em prática um projeto político ideológico era vista pela imprensa contemporânea.

A intenção é um início de uma análise do ministério liberal como todo, tendo mapear as suas ações do gabinete, seu projeto político de governo e as relações políticas construídas. O trabalho é uma pequena tentativa de entendimento da consolidação monárquica dentro do contexto da hegemonia conservadora.

Capítulo 1: O Ministério Liberal e as suas relações

1.1- Um breve panorama do contexto político e das produções na Imprensa

Em 15 de abril de 1840, os liberais fundaram o Clube da Maioridade. Os liberais conseguem chegar ao poder, apoiando a revolução palaciana, o golpe da maioria. Em 24 de julho de 1840 é formado, por Hollanda Cavalcanti, o primeiro gabinete liberal³, todavia formado por personalidades incompatíveis, que teve como seu principal “elemento dissolvente”, segundo Teófilo Ottoni, o Aureliano. O ministério liberal logo entrou em atrito com a câmara de maioria conservadora. A câmara foi dissolvida. As eleições de 13 de outubro de 1840 ficaram conhecidas como as eleições do cacete, devido ao uso exacerbado de violência. Apesar de maioria na câmara o ministério liberal, não consegue superar sua crise interna e sua queda torna-se inevitável⁴.

O próximo gabinete de 23 de março de 1841, considerado palaciano, foi visto como um acordo entre Aureliano, Paranaguá e Araujo Viana. O gabinete toma medidas reacionárias e buscando afastar os liberais de cena, fato que será decisivo para início da Revolta Liberal, inicialmente em São Paulo em 1841 e posteriormente em Minas Gerais. Aureliano inicialmente era a pessoa central desse gabinete. Todavia, numa aliança velada entre Paulino, Calmon, Araujo Viana e Clemente Pereira, Aureliano viu-se isolado. Assim, renunciara ao ministério.

O Imperador não aceita a renúncia de forma isolada e dá a Honório Hermeto Leão a tarefa de formar o novo ministério. Ele tentou formar um ministério novo, mas acabou formando um gabinete com nomes conhecidos desde a menoridade. No terceiro ministério fez-se notar a presença de Honório, todavia esse se desentendeu com o Imperador e renunciou. Honório pede a demissão do inspetor da alfândega da Corte, Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, mas o d. Pedro II lhe negou.

A formação do novo ministério não foi uma fácil substituição. A demissão de Honório em fins de janeiro de 1844 resultou principalmente de uma necessidade de afirmação pessoal

³ Ver. Javari, Barão de *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

⁴ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 371, t. 2, v. 2, livro 4, cap. 3.

do Imperador⁵. O novo gabinete foi organizado pelo visconde de Macaé, José Carlos Pereira de Almeida Torres, dando início ao chamado quadriênio liberal.

Sobre os periódicos da época, faz-se necessário acrescentar algumas informações e até mesmo dividi-los em grupo. Presente ao longo das páginas dos jornais liberais, *O Brasil* e a *Sentinella da Monarchia* são jornais conservadores que fazem ferrenha oposição ao gabinete liberal.

*O Brasil*⁶ foi o periódico oficial do Partido Conservador. Circulou de 1840 até 1852 tendo como redatores José Justiniano da Rocha até 1850, e Luiz Antonio de Navarro de Andrade. Era publicado três vezes por semana na Tipografia de I.P. da Costa, no Rio de Janeiro.

O outro periódico conservador que tanto incomodou a imprensa liberal, *A Sentinella da Monarchia* circulou no Rio de Janeiro no período 1840 a 1847, inicialmente sob a direção de Thomaz José da Silva, e a partir de 1842, por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi publicado na Tipografia de I.P. da Costa duas vezes por semana inicialmente, depois de forma variada dedicando-se a assuntos de política.

O segundo grupo é o dos jornais ministerialistas, que são aqui o foco do trabalho:

O Conservador teve apenas duas publicações, no dias 16 e 23 de abril de 1844 e foi produzido na Tipografia do Diário de N. I. Vianna.

O Filho da Joanna teve seus seis números publicados de forma irregular, também na Tipografia do Diário de N.I. Vianna, entre 25 de fevereiro e 22 de março de 1844.

A *Tribuna* teve 20 números publicados no período de 10 de março a 19 de junho de 1845. Sendo até o dia 11 de abril publicado na Tipografia do Diário de N. I. Vianna e, a partir de 14 de abril pela Tipografia de Barros e C., na Rua Senhor dos Passos, n.20.

⁵ IDEM, *Ibidem*, p.520

⁶ Sobre *O Brasil* ver. QUEIROZ, Tatiane Rocha de. *Do regressismo ao conservadorismo do periódico "O Brasil"(1840-1843)*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

1.2- O Ministério Liberal: sua relação com a Câmara e com o Partido

Os jornais que circularam na corte no período de 1844 a 1848 são de extrema importância para a compreensão desse momento em que os liberais se encontravam no poder. A análise de periódicos da época permite um maior entendimento do processo de governo liberal, como este manteve relações com a Câmara e com o próprio Partido Liberal.

O gabinete de dois de fevereiro⁷ era formado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, na pasta do Império; Manuel Alves Branco, nas pastas da Justiça e da Fazenda; Ernesto Ferreira França, na pasta dos Assuntos Estrangeiros; e Jeronymo Francisco Coelho, nas pastas da Marinha e da Guerra. Apresentava uma delicada relação com a Câmara, o que se reflete diretamente na implantação do projeto político do novo ministério. Essa relação com a Câmara aqui se faz analisada em dois momentos, o primeiro, no ano de 1844, pelos periódicos *Conservador* e *Filho da Joanna*. E o segundo, no ano de 1845, através da análise da folha *A Tribuna*.

O periódico, *Filho da Joanna*, que publicou seis números no período de 25 de fevereiro a 22 de março de 1844, se propõe a ocupar-se dos negócios públicos. Na sua primeira edição, o jornal não se declara governista nem oposicionista; informa que esperará as ações do novo ministério para poder analisá-las e declarar apoio a ele ou não. Todavia, posteriormente, a folha será citada pelo *Conservador* como ministerialista⁸.

Ainda na sua primeira edição, o *Filho da Joanna* diz enxergar no ministério uma falta de energia para colocar seu projeto político em prática.

Os princípios proclamados pelo órgão do governo na Imprensa, em verdade são os mesmos do Paiz, mais não acreditamos que o ministerio actual tenha a precisa energia para executar o seu pensamento politico, porque para fazel-o lhe seria indispensavel destruir completamente a influencia da infernal, a olygarchia, que á sete annos tem dominado o Brasil, e enriquecido ás custas dele⁹.

⁷ Sobre a composição dos Gabinetes ministeriais ver. Javari, Barão de *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

⁸ Ver *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.2.

⁹ *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.1.

O periódico manifesta apoio ao novo ministério e tenta combater a oposição, todavia a postura do ministério mina com esse apoio. Para o *Filho da Joanna* falta ao novo gabinete sair das promessas e colocar em seu plano político em prática:

A Joanna appoia o ministerio?

Enganão-se os que isto julgão; a nossa honrada e carinhosa may só appoiaria com todas as suas forças um ministerio que, comprehendendo perfeitamente a sua missão, e a situação critica o paiz, desse o mais prompto e energico desenvolvimento a politica, que todos reconhecem ser a única que pode salva o estado: actividade e energia, e com coragem não tem o ministerio de 2 de Fevereiro, embora lhe sobejem bons desejos; mas isto não basta, não melhora o paiz; por tanto não pode ser appoiado pela nossa may.¹⁰

Mesmo mostrando-se indignado com a postura omissa do ministério o periódico não deixa de apoiá-lo. O jornal não defende a queda do ministério e mostra que o problema está na falta de apoio na Câmara, diz que para ganhar apoio o ministério precisa se corromper, uma manobra que deixa o país ingovernável. A folha mostra como a guerra eleitora interferiu negativamente para o país e mostra como isso afetou na credibilidade de alguns políticos na Câmara¹¹.

Para contornar essa ingovernabilidade, a folha defende que se façam quantas dissoluções sejam necessárias. Porque só assim a Câmara poderia perder o poder de barganha, o que aceitaria com as manobras da corrupção. Ela enxerga no ministério poder para fazer essas dissoluções, mas não enxerga na sua postura coragem suficiente para agir. É interessante também que o *Filho da Joanna* encontra nessa barganha por apoio um problema causado também por parte dos aliados. Porque, além da oposição que ficava querendo favores e pasta em troca de apoio na Câmara, os aliados do ministério também assumiriam essa postura. Nesse sentido, essas manobras tirariam do ministério a possibilidade da escolha de homens realmente capazes para ocupar determinados cargos.

¹⁰ *Ibidem*, 06 de março de 1844, n.3, p.4

¹¹ *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.1.

[...] Ora o ministerio, qualquer que seja, vê logo no começo da sua existência, organizado contra si um partido precisa por tanto do outro que o sustente, e este apoio he comprado a custo de muita injustiça, não hade ter de sem satisfazer completamente as exigencias do bloqueio: [...]

[...] E se o ministerio não os satisfaz?... ai do ministerio, prepara-se para morrer: se o desattendido he eleitor ou dispoem de votos vai logo dal-os aos candidatos da opposição, se he deputado vai declamar na tribuna contra a politica do ministerio; [...]¹²

Dessa maneira, o periódico consegue mostrar que ainda nesse começo de governo falta ao novo ministério a força esperada. *O Filho da Joanna* não consegue ver nele a atitude necessária para colocar em prática seu projeto de governo e enfrentar os resquícios do antigo gabinete. O ministério não consegue impor sua vontade à Câmara, e por isso, ainda que a folha o declare apoio em alguns momentos, ela vem ao longo de sua publicação advertindo-o.

O *Conservador* surge com a missão de defender as críticas feitas pelos jornais oposicionistas ao Ministério de 2 de fevereiro de 1844. Ele divide os jornais contemporâneos em ministeriais e oposicionistas. *O Pharol*¹³, *o Novo Tempo* e *o Diario do Rio de Janeiro* integram o primeiro grupo, e *o Jornal do Commercio*, *o Brasil* e *a Sentinella*¹⁴ ambos o segundo grupo. Assim, ao explicar sua existência, o *Conservador* não desmerece o trabalho dos demais jornais ministeriais, mas identifica a necessidade de uma defesa maior porque os jornais oposicionistas já existiam há um tempo, enquanto os jornais ministeriais eram pequenos. E os jornais ministeriais não tinha tempo sobrando para dedicar-se a publicações de variedade que interessavam aos seus leitores. Os principais assuntos abordados pelo periódico são a capacidade do atual ministério, o papel da imprensa na Corte, a ação dos ministros, a dissolução da Câmara, a questão partidária e a anistia para os revoltosos de 1842.

Assunto também pertinente no periódico é a relação do Ministério com a Câmara. Ilmar Mattos¹⁵, quando analisa o ministério liberal de 1844, mostra que os grandes obstáculos

¹² *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.3-4.

¹³ *O Pharol Constitucional*

¹⁴ *Sentinella da Monarquia*

¹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 160.

para o êxito do ministério foi a falta de apoio na Câmara. Na matéria “A dissolução da Câmara”, presente no terceiro número do *Conservador*, atenta para essa relação. A matéria inicia com a justificação e valorização do Poder Moderador, para mostrar que em situação de crise na Monarquia estaria o Imperado pronto a usar seus poderes divinos. O *Conservador* acredita que a dissolução da Câmara é perigosa, mas não pode ser evitada quando as circunstâncias do país a exigem. O periódico alega que a Câmara não vota a favor do Gabinete e que isso poderia ressuscitar o gabinete anterior. O *Conservador* pede ao Monarca que salve o Império e dissolva a Câmara.

[...] O actual gabinete, cuja missão é regenerar o paiz, necessita de recursos vitaes, que tem de ser votados pela camara; este lhe negará pão e água; e continua’ra a negar até que as pastas sejam ocupadas pelos seus patronos; e então, ainda mesmo com a moralidade do actual governo a nação consiga votar livremente na urna eleitoral para uma camara digna do Império, o que poderá ella fazer estando já a oligarchia com o poder em mãos? Bom será que só Ella novamente dissolvida ainda antes da sua instalação, porque, se houverem.... suficientes, para um ministerio tal, recrutamento dos representantes da nação porque para o exercito, será factio inteiramente indifferente á vista do que elle já tem practicado: assentar-se praça n’um deputado é menos do que açoutar-se um cidadão n’um praça publica, cidadão de mais á mais condecorado com uma patente Imperial!!! A’ vista do que restará a menos dissolvida, que a cama deve ser dissolvida? Não certamente: a camara temporaria esta em contradicção, não com o gabinete guerreado pela oligarchia, mas sim com a Coroa Imperial, com a nação: está em contradicção com a razão, com o bom senso, e com tudo quanto há de mais sagrado, porque ella é filha do crime propriamente dito, della não há que esperar senao males e tormentos para o Brasil.”

A folha ministerial mostra que a dissolução é perigosa, e que cabe ao Imperador usar seu poder para fazê-la. Para o jornal, o país corria o risco de uma revolução, pois os cidadãos não aceitariam o retorno do último ministério. Caberia então ao Monarca dissolver essa câmara e chamar uma nova. O gabinete atual precisava de apoio na câmara para continuar a transformação política voltada para a moralidade. Para o *Conservador*, a dissolução da Câmara anterior é que acarretara a necessidade de uma nova dissolução. A Câmara que tinha sido dissolvida anteriormente representava a felicidade do cidadão¹⁶. Enquanto a Câmara atual seria uma continuação da maldade representada pelo Ministério anterior.

Segundo o *Conservador*, a Câmara não vota em favor dos deputados, o que seria negar os meios de governabilidade ao novo ministério. O periódico defendia assim uma nova eleição na tentativa de se formar uma câmara que apoiasse o atual gabinete e assim se desvinculasse das características do ministério anterior, conservador.

Publicado de março a junho de 1845, *A Tribuna* mostra uma outra relação entre o Ministério e a Câmara. A folha surge para defender o governo contra os ataques da oposição. *A Tribuna*, ao referir-se ao governo, engloba Ministério e Câmara, não os trata como peças antagônicas, como nos periódicos analisados anteriormente.

[...] A Tribuna dedica-se portanto a fazer conhecidos os trabalhos do parlamento, emitindo sobre eles sua opinião e fazendo apparecer, em toda a sua pureza, e com toda a verdade, as feições caracteristicas da actual legislatura. E como a imprensa opposicionista desvella-se por desacreditar a camara dos deputados, e o governo que nela encontra tão franco apoio, a Tribuna não se descuidará de refurtar as accusações dessa imprensa, para que o paiz possa julgar seos representantes, e avaliar a conduta do governo com exacto conhecimento dos fatos e princípios que devem basear seo juízo. [...]¹⁷

¹⁶ Sobre a composição da câmara de deputados ver Javari, Barão de 1962 *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

¹⁷ *A Tribuna*, 10 de março de 1845, n.1, p.1.

Ao analisar a Câmara dos Deputados a respeito da discussão para o projeto da lei de eleições, *A Tribuna* comenta que tem sido uma discussão franca e livre. O jornal mostra, além discussão desses projetos, outros projetos discutidos pela Câmara, mostrando sempre o seu empenho para melhor funcionamento do governo.

Ao tentar desmentir o boato inventado pelo periódico *o Brasil*, de possível demissão do Gabinete ministerial, *A Tribuna*, na matéria Estabilidade do Gabinete, mostra que o Ministério tem um forte vínculo com a Câmara, ao contrário da relação de barganha que vimos anteriormente.

[...] Pode-se há suppor que a camara dos deputados deixe de apoiar o actual gabinete? Não, pois esse apoio da camara é desinteressado e generoso; e não poderia ser negado senão em presença de actos taes do ministerio, que os interesses do paiz e o proprio pudor da Coroa exigissem um manifestação hostil. [...]

[...] Não, os laços que unem o ministerio á maioria da camara são mui fortes e mui limpos: não são pequenos caprichos, condemnaveis interesses que hão de causar a desharmonia; e desde que se excluem estes dois estímulos, ella rara vez poderá apparecer. [...]¹⁸

Ainda nesta matéria, a folha comenta sobre a possibilidade da dissolução da Câmara. Para *A Tribuna*, não há necessidade de uma dissolução porque a Câmara apóia o ministério. Todavia, ela encara a dissolução como um ato de fidelidade do Monarca, que ao convocar uma nova eleição estaria chamando o povo a governar com ele.

É interessante perceber que, mesmo *A Tribuna* mostrando uma relação bem mais amistosa entre o Gabinete e Câmara da que foi observada na análise dos periódicos anteriores, ela não descarta a presença da oposição na Câmara por seus longos discursos, como tentativa de atrapalhar as ações do governo.

Diferentemente dos outros periódicos, *A Tribuna* já enxerga feitos do gabinete de 2 de fevereiro. Assim, o projeto de lei de eleições, a vocação do orçamento da Marinha, sobre o orçamento da pasta da Fazenda, discutidos pela Câmara, para o periódico também são méritos do Ministério.

¹⁸ *A Tribuna*, 14 de março de 1845, n.3, p.4.

Outro aspecto que chama bastante atenção é como esses periódicos identificam o ministério em relação aos partidos. De modo que identificar esse gabinete como liberal ou não, pode refletir diretamente no julgamento do periódico em relação ao ministério e sua relação de apoio, desconfiança ou oposição declarada.

Segundo o *Conservador*, o Ministério não pertence a um partido. O jornal não identifica o Gabinete nem como representação do Partido Conservador nem do Partido Liberal. Durante a análise do periódico encontramos algumas vezes o jornal defendendo o ministério que está sendo criticado pela oposição de não ter apoio. Ao rebater essa crítica, o *Conservador* não a desmente. Ao contrário, ele defende o ministério em relação ao fato de não ser oriundo de um partido.

Ao rebater a crítica que diz que o ministério não vai durar, pois não tem apoio, o *Conservador* questiona se o ministério poderia criar um novo partido, ou se ele seria obrigado a estar vinculado ao Partido Conservador ou ao Santo Luzia.

[...] N'esse mesmo n.º. do Brasil diz o contemporaneo que o ministério não pode ter longa duração porque falta-lhe o apoio d'um partido; e que, sendo-lhe impossível a criação d'um terceiro partido, o poder só pode estar nas mãos dos Santa Luzia, ou nas do partido da ordem, segundo as condições do systema que vos rege! Combine-se isto com o que contemporâneo tem escripto constantemente acerca do partido, a que se chama Santa Luzia,! e a conclusão será que o paiz so pode ser governado pela sua gente. Nem um governo existe sem um apoio, o actual não poderá organizar um terceiro partido, que o appoie; não pode também conseguir o appoio franco e decidido do partido Santa Luzia [...]¹⁹

O *Conservador* apresenta esse Gabinete Ministerial como um gabinete moderado voltado para conciliação. Na matéria “A anistia”, ao comparar o ministério atual com o regresso considera o atual como moderado, e diz que o ministério defende a conciliação. O

¹⁹ *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.1.

Conservador, diz que o ministério anterior não tomou atitudes moderadas por medo de ser visto como fraco:

Por este lado o actual governo conhecendo bem o estado do paiz, e a marcha dos acontecimentos, procedeu com um tino administrativo superior a todo o elogio, e dahi tirou todo o elemento da sua força, comprehendeu a altura de sua missão, a de chamar todos os partidos a uma mutua intelligencia, e a de pôr um cravo á roda das reações pessoais. Hoje pode ele contar com o apoio de todos os homens de bem qualquer lado politico, assim continue na carreira da moderação tão gloriosamente começada, como de coração desejamos²⁰

Assim, a partir do que diz a folha ministerial, podemos observar já em 1844 há uma tentativa de conciliação partidária, que como sabemos, será alcançada num posterior.

Sobre a divisão partidária no Segundo Reinado, Oliveira Vianna não encontra nos partidos um programa político nem um formação ideológica. Para ele, os partidos não tinham uma opinião. Por isso, os liberais, no governo assumiriam as mesmas posturas conservadoras²¹.

Francisco Iglésias, quando trata do quinquênio liberal, fala que ainda não há um espírito partidário liberal, firme, daí a falta de segurança por parte dos ministros que assumem o gabinete em 1844²². Ele enxerga diferentes formações e mentalidades dentro da bandeira levantada como Partido Liberal. Segundo ele, os liberais não se entendiam entre si, não se entendiam na Câmara, não se entendiam com os chefes de província, faltava aos liberais unidade. Ao analisar a Fala do Trono de 28 de julho de 1848, Iglésias mostra que o Ministério de 2 de fevereiro “*não era carne da mesma carne, osso do mesmo osso do partido liberal*”.

Raymundo Faoro²³ diz ser possível confundir os partidos quando no governo, todavia assumem particularidades inconfundíveis até a Conciliação²⁴. Classificou o Partido Liberal como mais democrático que liberal, marcado por posições de embate com a Coroa e mais

²⁰ *Ibidem*, 16 de abril de 1844, n.2, p.4.

²¹ VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933. p 19-20.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965-72, II, 3v.

²³ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958. p. 389.

²⁴ Ministério da Conciliação, 1853-58.

ligado a propriedade rural. Enquanto o Partido Conservador estaria mais próximo dos fazendeiros e latifundiários, assumindo posição de obediência ao Trono.

José Murilo de Carvalho encontra uma formação ideológica comum aos liberais e conservadores²⁵. Todavia ele enxerga dentro do partido liberal dois tipos de liberalismo. Esses dois tipos de interesses, segundo ele, ora poderia unir demandas dentro do mesmo partido, ora afastá-las dadas as divergentes motivações de cada grupo. Para ele, o Partido Conservador estaria mais ligado à centralização política enquanto os liberais mais dados à descentralização.

Através da circular de 1860²⁶, Teófilo Ottoni enxerga a formação do Gabinete como de 2 de fevereiro como um resposta à tirania do ministério conservador, um acordo entre os liberais. Sobre o período, ele comenta:

[...] Assim é hoje, assim era em 1845, 1846 e 1847.

A situação em que o 2 de fevereiro collocava o partido liberal era a mesma que o 23 de março de 1841 dera aos conservadores.

Em 1841 eu os havia invectivado em pleno parlamento por se haverem sujeitado á imposição palaciana.

Não podia ser me agradável que o partido liberal se collocasse em idêntica situação: essencialmente mineiro, eu tambem capricho em sustentar o pundonor da coherencia; e sabe o publico que o meu voto não prevaleceu nessa conjuntura.

Achando-me em unidade e não querendo embaraçar os chefes de partido liberal, que julgavão das trevas poder tirar a luz, eu me abstive systematicamente de toda a discussão sobre a politica geral. O meu silencio de então foi largamente commentado pelas folhas da opposição conservadora. Mas o que poderia eu fazer contra a torrente? A reação da maioria corria á readea

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de sombras – política imperial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. P.199-236;408.

²⁶ Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.

solta, e não havia recurso senão curvar a cabeça e deixar passar a onda [...] ²⁷

Sobre a composição do Partido Liberal²⁸, Ilmar Mattos divide o partido em várias áreas de interesse. Para Ilmar, o que uniriam os liberais seriam as negações às propostas dos Saquaremas²⁹. Ele enxerga diferenças, semelhanças e principalmente uma hierarquização entre os partidos. Para ele os liberais tendiam a insistir criticando o elemento português, ao contrário dos conservadores. Os liberais teriam dificuldades em se unir ideologicamente devido aos seus diferentes segmentos, todavia a negação das propostas Saquaremas os uniria. Já os conservadores estariam unidos pelo propósito de hierarquizar as relações entre Poder e Nação, Estado e Casa, Governantes e Governados. Embora liberais e conservadores ainda tivessem desejos em comum, como restaurar seus monopólios e expandir suas riquezas.

O *Filho da Joanna* enxerga que o Brasil está dividido em dois partidos e que essa divisão é uma divisão que não acontece por uma questão de ideias políticas. O periódico considerava a divisão dos partidos como um choque de amor próprio. Essa falta de divergências ideológicas podia ser percebida na composição partidária e na forma como os homens da tribuna trocavam de posições partidárias com frequência³⁰.

[...] Da guerra eleitoral, nasceo a divisão dos Brasileiros em dous partidos, e elles so forão tornando tanto mais irreconciliáveis, quanto mais rehunida era a campanha, cada um dos partidos arvorou uma bandeira politica para se distinguir, para que fosse atribuída á antagonismo de oponiões politicas, a inimidade he emergente do encontro de interesses pessoaes, dos choques de amor proprio. Entre nós ainda não há, e nem pode haver convicções profundas acerca dos principios; ainda os principios não podem enxergar o sacrificio das vontades, e de interesses; a repentina passagem frequentemente se faz um partido para outro; a pouca

²⁷ Idem, *Ibidem*, p.336

²⁸ “Apresentando sempre uma grande dificuldade em unir suas forças, as trajetórias dos diferentes segmentos liberais seriam marcadamente diferenciadas.”p.153 (MATTOS, Ilmar. R. de Ob. Cit.)

²⁹ MATTOS, Ilmar R. de. Ob. Cit. PP. 109; 135; 143; 153.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. R. de Ob. Cit. p.10-20.

importancia que se dá á essas mudanças prova concludentemente que, entre nós, os principios nada valem, os interesses valem tudo. [...]

O periódico, ao se referir aos membros dos partidos, os identifica como ordeiros e anarquistas, na matéria de mesmo nome³¹, o *Filho da Joanna* comenta que assim chegaram ao ministério os anarquistas forem recebidos com guerra declarada por parte dos ordeiros, e questiona quem seriam então os ordeiros e os anarquistas. É interessante observar como há uma inversão de posições nessa coluna. A oposição, que vista como anárquica, agora se encontra no poder e assume a posição de ordem.

Como exemplo extremo dessa rixa entre liberais e conservadores, a folha noticia a morte do senador José Bento³², com grande indignação. Liberal, foi assassinado e a polícia não conseguiu esclarecer as devidas causas de sua morte. No arquivamento do inquérito de sua morte, em 1850, a polícia julga a tragédia de sua morte por motivações particulares, rixas entre a vizinhança. Todavia, o *Filho da Joanna* acusa os conservadores de estarem ligados à sua morte³³. A folha ainda se revolta com o fato de os conservadores acusarem os próprios correligionários de José Bento pela autoria de sua morte.

Mesmo com esse clima hostil entre os partidos, é possível perceber através das publicações do período uma tentativa de aproximação por parte do ministério. Na sua segunda edição³⁴, o *Filho da Joanna* diz que o ministério tem chances de sobreviver por estar exercendo uma política conciliadora já na sua formação. Que seus ministros eram homens sem ódio do gabinete anterior, e não estariam motivados por paixões particulares.

Ao rebater uma acusação feita pela *Sentinella*, o *Filho da Joanna* mostra um cenário de política conciliatória, onde estariam diminuídas as rivalidades³⁵.

Diferentemente de outros periódicos, *A Tribuna* identifica claramente a posição do ministério como pertencente ao Partido Liberal. Também nessa análise é presente termos ligados à ordem e à desordem para referir-se aos partidos. Na sua edição de número 3, *A Tribuna* analisa o discurso do senador conservador Rodrigues Torres e em sua fala fica bem clara essa definição.

³¹ Os ordeiros e os anarchistas, *Filho da Joanna*, 06 de março de 1844, n.3, p.4.

³² Padre José Bento Leite Ferreira de Melo – um dos membros ícones do Partido Liberal, foi senador do Império.

³³ *Filho da Joanna*, 08 de março de 1844, n.4, p.2

³⁴ 5 de março de 1844

³⁵ *Filho da Joanna*, 22 de março de 1844, n.6, p.3.

[...] No discurso do nobre senador a que nos referimos, pretende elle fazer acreditar que o paiz esta dividido em dois partidos bem extremados; um o a que S. Ex. pertence, e de cujo tem sahido os ministerios de seu credo politico, denominnou - ordeiro-; deixou o outro sem nome, mas formando contraste com o primeiro, será no sentir do orador - desordeiro. Estigmatizar assim a maior parte do povo brasileiro, é, além de odioso, de uma injustiça clamorosa: ainda aqui o Sr. senador deixou a sua asserção sem provas; mas onde os acharia elle?...[...]³⁶

Ainda na mesma matéria, *A Tribuna* liga a ordem do partido da opposição como uma ordem firmada no terror e opressão, enquanto o actual ministério já pelas suas atitudes estaria mostrando querer uma ordem conquistada pela justiça e pela moderação³⁷.

A Tribuna ainda se vale de outras nomenclaturas para se referir aos partidos. Chama os conservadores de regressistas, e os liberais de constitucionalistas. Referindo-se até ao Partido Liberal, como partido constitucional. Sobre a nomenclatura *Santa Luzia*, *A Tribuna* dedica uma explicação:

[...] Passando ao epitheto Santa Luzia, que o Sr. Rocha³⁸ liberalisa ao Sr. João Paulo, convém fazer uma distincção. Se o Sr. Rocha somente denomina Santas Luzias as pessoas que entrarão nos movimentos que em 1842 tiverão lugar nas provincias de Minas e S. Paulo, e pretende perfido e vilmente insinuar que o Sr. José Paulo foi uma d'ellas, há que soffrer que se lhe responde- mente inpuidentissimamente- é um detestavel calumniador. – Se porém o Sr. Rocha denomina Santa-Luzias a todos os Brasileiros que detestão seus principios de reorganização, isto é, de amar do ganho e da guisa, então o Sr. João Paulo se dá por muito honrado em se appellido Santa-Luzia, que é synonymo de respeitador dos direitos da

³⁶ *A Tribuna*, 17 de março de 1845, n.3, p.1.

³⁷ *Ibidem*, 17 de março de 1845, n.3, p.3.

³⁸ José Justiniano da Rocha

nação e da monarchia real e pessoal, tal qual se acha consagrada na constituição politica do estado.[...]³⁹

Assim como o *Filho do Joanna*, *A Tribuna* relata assassinatos ligados a desavenças políticas entre liberais e conservadores. A folha chama essa relação de *politica de bacamarte*. Fala que o partido da ordem se diz contrário à violência, mas vem sustentando os ânimos e as paixões. *A Tribuna* vem acusando os conservadores de serem responsáveis pela morte do senador José Bento. E, acusa também os conservadores pela morte do juiz municipal, o doutor Manoel Jacintho Rodrigues, liga seus possíveis assassinos a Bernardo Pereira de Vasconcellos.

A Tribuna também acusa o Partido Conservador pela morte do subdelegado, o capitão Manoel Joaquim de Andrada. Na matéria, “Novo assassinato commettido pelo partido ordeiro”⁴⁰, a folha conta como foi o assassinato do capitão, diz que ele era um homem de boa índole e que não tinha inimigos. Levando de forma direita a culpa de sua morte para seus rivais políticos.

A Tribuna enxerga o momento político vivenciado pelo país como uma nova era, cheia de paz e tranquilidade, que apesar dos ânimos políticos o Brasil, caminha para dias de felicidade. Ao comentar o fim da Farroupilha, diz que é uma paz duradoura e não passageira, como fora vivenciada em momentos anteriores. Diz que nesse momento se dá a política conciliadora implantada pelo ministério com o apoio do Monarca. “A política da conciliação aliada com a energia deve-se este resultado, que há um anno bem longe estavamos de esperar.”⁴¹

A análise dos periódicos nos permite uma reflexão de como esse processo de governo aparentemente dicotômico é bastante complexo. Na relação com a Câmara, o Gabinete Liberal precisa barganhar não só com os opositores, mas também com os seus aliados. A dissolução da Câmara não é garantia de apoio político, a convocação para cargos, as demissões, são de extrema importância para esse relacionamento de jogo político. É interessante perceber que os periódicos chamam atenção para como esse jogo de relações com a oposição e com os próprios correligionários é fundamental para que o ministério possa colocar em prática seu projeto político ou não.

³⁹ *A Tribuna*, 31 de março de 1845, n.5, p.3

⁴⁰ *Ibidem*, 9 de maio de 1845, n.15, p. 2

⁴¹ *Ibidem*, 31 de março de 1845, p.4.

Dentro desse contexto de oposição entre os partidos, chama atenção a tentativa dos periódicos de estar sempre ligando o ministério à postura de ordem, à moderação. Os liberais, enquanto governo, são vistos pelos periódicos ministeriais com a representação da ordem, da justiça e da conciliação. Enquanto a posição, denominada ordeira, é vista por eles como ligada às paixões, ligada à característica de barbárie, violência.

A situação liberal é vista pelos periódicos como representada pelo gabinete. Podemos, assim, enxergar o gabinete de 2 de fevereiro como uma alternativa liberal para chegar ao poder, como uma união das diferentes facções liberais. Podemos perceber no ministério é caracterizado sempre como oposição ao partido conservador.

Capítulo 2- Os jornais liberais e o diálogo na imprensa

Ao longo de todo império, a imprensa serviu de palco para os debates e disputas políticas. A análise dos periódicos da época nos possibilita conhecer as ideias que estavam efervescentes nas cabeças dos políticos e como estes faziam para legitimá-las.

Pensar as relações políticas ao longo do Império, e aqui em especial o segundo reinado, não se pode ser feito fora do espaço de sociabilidade dessas disputas, como por exemplo, as associações secretas ou públicas, as confeitarias, a tribuna e a imprensa. Por isso, a análise dos jornais do período é de extrema importância e na imprensa e por meio dela que podemos encontrar como se dão essas disputas políticas, esses jogos de convencimentos e a defesa de projetos políticos de cada facção.

Durante a luta pela independência, o Primeiro Reinado e o período regencial, podemos perceber a imprensa como instrumento e espaço de luta. Isabel Lustosa, ao analisar o diálogo na imprensa no período de 1821 a 1823⁴², apresenta uma imprensa livre, panfletária e descontínua, na qual era possível encontrar nos panfletos palavrões, ataques pessoais, morais e físicos. Nesse período encontramos uma imprensa que “nascia comprometida com o processo revolucionário”⁴³.

Na efervescência das disputas políticas, as discussões saem de seus círculos fechados para ganhar as ruas. Há uma inserção do Povo⁴⁴ dentro da discussão política, que sai do privado passando ao público através da imprensa. No período de grandes disputas de projetos políticos que é a Regência, Marcello Basile nos possibilita perceber que nesse momento a imprensa adquire em especial caráter doutrinário e pedagógico⁴⁵.

⁴² LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 25.

⁴⁴ O sentido de povo é mesmo que o adotado por Ilmar. - MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p.118.

⁴⁵ “Para os pretensos formadores de opinião, fazia-se necessário, portanto, orientar e, se possível, controlar essa heterogênea massa ativa, que mal se iniciava nos princípios políticos e dava então seus primeiros passos na vida pública. Era preciso educar os indivíduos para a participação política, formar o verdadeiro cidadão, conhecedor dos seus direitos. Principal instrumento da ação política no seio do espaço público, a imprensa exercia assim, uma autêntica pedagogia política do cidadão, divulgando – em versão vulgarizada, adaptada aos seus fins doutrinários e ao público ao qual se dirigia – os termos desse vocabulário político.” - BASILE, Marcelo. *Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830*. In: Gladys Sabina Ribeiro (organizadora). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, p.207-224.

Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros relacionam o surgimento da imprensa no Brasil à modernização das instituições políticas e culturais durante o processo de construção do Estado Nacional⁴⁶. No início do século XIX, a sociedade está em constante transformação, de modo que nesse momento a imprensa encontra-se atrelada às relações de poder. O periódico, dentro desse contexto, era um meio para formar uma “opinião pública” e o agente da imprensa, o panfletário, tinha uma missão política e pedagógica.

Ao analisar a imprensa artesanal das décadas se 1820 e 1830, Morel e Mariana Barros consideram a opinião pública um instrumento de embate. Com a liberdade de Imprensa, em 21 de agosto de 1820, começa a se configurar a opinião pública, ainda com resquícios de antigos modelos de comunicação. É na regência que a opinião pública se configura de fato, nesse período de menor força do poder monárquico que permite um turbilhão de publicações, “uma verdadeira explosão da palavra pública”⁴⁷.

Os pesquisadores destacam ainda que a partir de 1833, há uma diminuição na publicação periódica e falam ainda de uma possível “tranquilidade” no Segundo Reinado

Na análise dessas fontes podemos perceber a disputa de ego entre defensores de distintas correntes políticas, o uso do ataque pessoal e da retórica. José Murilo de Carvalho, na análise do uso da retórica na imprensa, mostra que essas discussões vão além de um debate político e ideológico. O debate através da imprensa é uma tentativa de instruir pedagogicamente o leitor e uma tentativa de invalidar o discurso da oposição. Podemos perceber que essa tentativa de invalidar o discurso do outro é uma tentativa que vai além da oposição política e ideológica. Tenta-se desmerecer moralmente o político da oposição e assim expor seus problemas pessoais, seus desvios de condutas, seu envolvimento em escândalos, para desqualificá-lo moralmente.

Segundo José Murilo de Carvalho analisar o uso da retórica de argumentação para decifrar os panfletos, jornais e o debate político na imprensa, podemos perceber que os escritores usam do ataque pessoal, da violência da linguagem para agredir e desqualificar o adversário. Ele chama a atenção para a utilização de discursos estrangeiros para justificar as posturas políticas, e ainda mostra que um mesmo texto pode ser usado na imprensa para defender posturas políticas radicalmente diferentes⁴⁸.

⁴⁶ MOREL, MARCO; BARROS, MARIANA Monteiro de. PALAVRA, *imagem e poder. O surgimento da IMPRENSA no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, D&PA, 2003.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p.30

⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1.

Ao analisar o *Conservador* é possível perceber a preocupação do periódico com papel da Imprensa na Corte⁴⁹. A folha afirma que da imprensa saíram vários estadistas, que é na imprensa que eles revelam seu caráter, suas intenções e sua moralidade. O jornal justifica ter o menor número de eleitores em relação aos opositores por não usar a imprensa para caluniar os opositores. O periódico comenta ainda que, ele junto às outras folhas ministeriais tem feito justas censuras às publicações feitas pela imprensa de oposição.

O jornal passa ao longo dos seus dois números rebatendo as críticas do jornal *O Brasil*. É possível perceber através desse dialogo a preocupação do periódico em defender-se das críticas dos outros periódicos e principalmente, desmentir as mentiras inventadas pela oposição. Podemos observar essa conduta na seção “As demissões”, encontrada no 3º número do jornal:

[...] O “Conservador” não carecia do desmentido do “Diário”, confiando muito no Sr. Jeronymo Francisco Coelho, certo de que S. Ex, não praticaria semelhante injustiça, nem um credito deu ás palavras do “Brasil”, viu logo que da boa fé do contemporaneo, alguém havia abusado; mas para outros, de muito serviu a declaração semi-official; e é por estes, que o ministerio deve dar-se ao trabalho de mandar desmentir os boatos, inventados pelos agentes da corrupção.⁵⁰

No fragmento acima, podemos perceber como a divulgação de boatos, opiniões negativas, ou críticas tem de ser revestidas para não interferir negativamente no julgamento da opinião publica. Nessa coluna o *Conservador* comentar sobre uma matéria que saiu no *O Brasil* que diz que está ocorrendo uma onda de demissões. Matéria, que segundo o *Conservador*, foi escrita no intuito de instaurar o medo entre os servidores públicos. O *Conservador* acusa a oposição de estar tentando acabar com o Ministério com fizera em 1841. Para o periódico governista, *O Brasil* estava tentando voltar a população e os funcionários contra o Gabinete. Nesse sentido, o jornal vê a necessidade de criação de um periódico oficial para desmentir as calúnias inventadas pela oposição.

⁴⁹ *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.3.

⁵⁰ *Ibidem*, 23 de abril de 1844, n.3, p3.

A questão do ataque pessoal para desqualificar o adversário político é uma situação que pode ser percebida na análise do periódico de diversas maneiras. O *Conservador*, em seu primeiro número, mostra que *O Brasil* atinge a conduta moral dos novos ministros. Usando da mesma artimanha o *Conservador* ao referir-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos, o caracteriza com um “posso de maldades”. O jornal usa diversos momentos de sua vida pessoal para desqualificá-lo política e ideologicamente. Narram sua vida pessoal como uma vida marcada pela falta de decência e excesso de crimes. Assim o *Conservador* usa os desvios morais de Vasconcelos durante sua trajetória de vida para chamá-lo de corrupto. Na coluna o “Os precedentes dos ministros”, o periódico comenta sobre a vida íntima de Pereira de Vasconcelos, acusando-o e de ter matado o próprio filho e de crime de incesto⁵¹.

Vale ressaltar que nesse cenário de ataque aos políticos da oposição Bernardo Pereira de Vasconcelos será constante alvo de críticas nos periódicos liberais. Pereira de Vasconcelos fazia parte da oposição na Regência e depois se tornou governista. Eleito em 1831, era um forte defensor do liberalismo, passando a adotar postura mais conservadora a partir de 1834. Com uma passagem rápida pelo governo em 1840, não voltou mais ao poder, mas manteve sua influência política. Teve discípulos na administração conservadora e, no Senado, fez forte oposição ao quadriênio liberal. Teve grande influência no projeto de consolidação da política conservadora⁵².

Na folha *Filho da Joanna*, Vasconcelos é considerado um inimigo do soberano. A folha o acusa de liderar círculos políticos de luta pelo poder. Ele é acusado de ser opositor não só do ministério, mas principalmente de d. Pedro II⁵³. Após uma trajetória liberal, nesse momento político Bernardo Pereira de Vasconcelos⁵⁴ está em sua fase conservadora defendendo um governo forte e a ordem pública. Considerado de fundamental importância para implantação dos ideais políticos saquaremas, faz ferrenhas críticas a situação liberal e torna-se alvo de muitas matérias nos periódicos governistas. O *Filho da Joanna* o acusa de forjar uma perseguição política contra si próprio para tentar voltar o poder.

A *Tribuna* também faz críticas a Bernardo Pereira de Vasconcelos e o acusa de favorecer seus correligionários políticos, poupando-os de sentir o peso da justiça, principalmente na província de Minas Gerais:

⁵¹ *Ibidem*, 16 de abril de 1844, n.2, p.3.

⁵² CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.9-36

⁵³ Ver, *Filho da Joanna*, 05 de março de 1844, n.2.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.9-36

[...] Lá estao os juises de direito da facção: lá está enfim o chefe de policia sob a influencia dos Vasconcellos e Honorios, e a victima ficará... outros talvez de perto a seguirão, e o partido victimado é o que atualmente sustenta o governo do paiz!!! Oh meo Deos! que estado é o nosso! os que sustentao o governo em Minas, em S. Paulo, por toda a parte são assim levados pelo bacamarte, e pelo ferro dos reorganizadores. [...]⁵⁵

O *Filho da Joanna* dialoga na imprensa principalmente com a folha oposicionista e conservadora, *A Sentinella do Throno*. Apesar de se considerar polêmica ao longo de suas publicações a folha ministeriais trava intenso debate com a imprensa de oposição. A folha acusa *A Sentinella* de estar desesperada e por isso ficar inventando boatos de crise no ministério para desestabiliza-lo.

O *Filho da Joanna* não alimenta diálogo somente com a oposição. Ele faz contato também com os jornais governistas. Um exemplo dessa relação se dá com a folha liberal, *Novo Tempo*. O *Filho da Joanna* publica artigos que originalmente foram publicados no *Novo Tempo* para mostrar a convergência de opiniões sobre algum determinado acontecimento. Todavia, essa aproximação não impossibilita o *Filho da Joanna* de acusar o *Novo Tempo* de assumir posturas anti governistas. Fala que o *Novo Tempo* parece não ser do Ministério e muitas vezes se colocar contra o Soberano. O *Filho da Joanna*, na seção “O “Novo Tempo””, acusa a folha amiga de não se empenhar em defender o Gabinete Ministerial⁵⁶.

Em sua ultima publicação o *Filho da Joana* traz um informação de total relevância para a compreensão dessas disputas políticas travadas através da imprensa e propriamente nela. Ao rebater um critica do *Brasil*, que o acusa de ser uma folha ministerial, O *Filho da Joana* se diz ser nem oposicionista nem ministerial. É o que não for o Sr. Vasconcelos. Na seção “Nós e o “Brasil”” o Filho da Joanna diz que dos Araújo é inimigo de Sua Mãe (a Joanna) e por isso não seria um jornal ministerial. Todavia, cabe nota, que ao longo da pesquisa não foi possível identificar no periódico que seria a “Joanna”⁵⁷.

⁵⁵ *A Tribuna*, 14 de março de 1844, n.2, p.3.

⁵⁶ *Filho da Joana*, 05 de março de 1844, n.2, p.3-4.

⁵⁷ “Nós e “Brasil””.

O redactor do “Brasil” chama-nos guarda avançada da imprensa ministerial; e dando-nos o apellido de Araujo, injuria atrozmente a nossa mai!... Sr Rocha seja mais comedido!.. Não temos relações com os ministros e muito menos com os Srs. Araujos; á um delles conhecemos por inimigo da nossa mai; e de seo irmao somente agora

Por ser um Periódico de intensa oposição ao gabinete liberal, *O Brasil* incomodou a maioria dos jornais governistas. Não diferente, sua oposição será foco de discussões também na folha *A Tribuna*. A folha vem rebatendo e negando as publicações do *Brasil* que dizem que o governo está em crise o ministério desestabilizado. *A Tribuna* se propõe a rebater as críticas feitas ao ministério e o Imperador D. Pedro II.

“O desenfreamento da imprensa da oligarchia

A medida que a oligarchia vê esvaecerem-se as miseráveis esperanças, e que a nova ordem de cousas consolida-se á despeito de suas maquinações, a linguagem de seos jornais assoldados torna-se de dia em dia mais frenetica e facciosa. Nós nada diríamos a este respeito, contentan-do em entregar a execração publica toda aquella massa de calumnias e ultrajes, que partem d’essa imprensa deploravel , si por ventura seos ataques não fossem dirigidos ao poder, que a constituição collocou acima de esphera em que se agitação os partidos politicos. Os inimigos da *monarchia pessoal*, os intrigantes que há um anno procurarão lançar a sizania no sacrario da família imperial continuo na obra encetada de aguarentar no animo dos brasileiros os justos e legitimos sentimento de amor e veneração que eles votavão ao seu monarcha. Cada dia apparecem mais atrozes ao Sr. D. Pedro 2.º, ora sob o titulo de trexos históricos, ora sob o de máximas e pensamentos, deixando-se claramente vêr em umas e outras composições o pensamento de retratar o caracter do principe brasileiro, com taes tintas, que chamem sobre elle o ódio, ou a irrisão publica...”⁵⁸

Na edição de número 8, *A Tribuna*, ao referir-se a acusação que a assembleia provincial levou ao Imperador e ao Tribunal de Justiça contra o conselheiro Manoel da

temos ouvido fallar; apenas o conhecemos de vista. O “Filho da Joanna”, não tem raça de papagaio, não diz o que ouve, só diz que sabe; nem he opposicionista, e nem ministerial; ou para melhor dizer, he o que não for o Sr. Vasconcellos.” – 22 de março de 1844, n.6, p.4.

⁵⁸ *A Tribuna*, 17 de março de 1845, n.3, p. 6.

Fonseca Lima e Silva, acha a acusação caluniosa. Para invalidar essa acusação, a folha desqualifica os autores da mesma⁵⁹. Ao comentar sobre a relação dos conservadores com d. Pedro II, a Tribuna fala que desde a ascensão dos liberais ao poder em 2 de fevereiro, a oposição tem ferido cruelmente o imperador. A folha acusa Justiniano da Rocha de usar *O Brasil* para criticá-lo. E ainda comenta:

[...] finalmente as palavras, todos dos actos, todos os escriptos da facção revelão o pensamento abominavel, que a anima, e confirmão esse gesto de alarma, que há um anno foi repercutido em todos os angulos do Brazil: - *Uma luta exite trazada entre a oligarchia e o poder real!...*

Quando portanto o redator do Brazil, na assmblea provincial, onde introduzira a eleição do bacamarte, arrojou-se a perguntar: Porque tambem não seria licito *acusar o Imperador?* – Não- nos disse nada, que nova fosse, em relação aos sentimentos e designios da facção, de que é digno interprete. O que unicamente causa-nos surpresa é o excesso de audacia com que ella apresenta-se fazendo alarde de seu desprezo para o dogma fundamental do systema politico que juramos, a irresponsabilidade do Imperador e individualidade do Soberano[...]

[...] E porque *não ao Imperador?* Perguntais voes harauto perverso da facção a quem nada importaria a ruina do poder real, e o desmantelamento dos paiz, com tanto que governasse Ella! Eis aqui – o porque não: porque a constituição seria atacada na sua base mesma, e deixaria de existir, desde que, em vez dos ministros, os

⁵⁹ “Antes de entrarmos em materia, cumpre que façamos alguns reparos ácerca das qualidades pessoas dos membros da comissão; o primeiro , o bacharel Manoel Bento Guedes de Carvalho, é um dos juizes municipais removidos pela actual administração, por ter ella reconhecido ser uma medida de interesse público. Este bacharel, falta de conhecimento, é uma perfeita nullidade. Apenas formado, desenvolveu a mais requisitada cobiça de *ganhar dinheiro...*

... O segundo que assignou a accusação, o bacharel Pinto Porto, é um destes homens sem prestimo algum para o bem; todas as suas inspirações são maléficas...” p.3-4.

únicos responsáveis, fosse a corôa exposta e entregue ás censuras e aos ataques de opinião[...]⁶⁰

A *Tribuna* ao longo de sua publicação reservou uma seção, “Câmara dos Deputados” para comentar sobre os discursos políticos aclamados na Câmara. Nessa seção, *A Tribuna* comenta os temas discutidos na Câmara, a posição dos deputados sobre eles e analisa o discurso político deles, e até mesmo a sua oratória. Essa seção serve para criticar ou defender o posicionamento de algum deputado e comentar seus pronunciamentos em algumas discussões. Através da análise dessa seção é possível perceber os temas que estão inseridos no dia a dia da Câmara e as decisões que vem sendo tomadas pelas pastas ministeriais, o que permite configurar as ações políticas dos deputados e do ministério:

Câmara dos deputados

A ultima semana foi empregada na discussão dos orçamentos da marinha e da guerra e da lei das eleições.

Em artigo especial do ultimo numero já demos conta do que ocorreu de notavel na aprovação do orçamento da marinha, e agora só nos cumpre acrescentar que a opposição anda corrida e envergonhada de seus planos pueris.

[...] O mesmo porém não tem acontecido na discussão do orçamento da guerra, ahi abriu-se campo vasto a renhida peleja, e os eximios opposicionistas teem gasto toda a sua munição nos tiroteios parlamentares.[...]⁶¹

Edmundo da Luz Pinto quando escreveu sobre o Marquês de Paraná⁶² diz que a conciliação de setembro de 1853 já estava no espírito da imprensa anteriormente⁶³. A folha *Filho da Joanna* enxerga essa tentativa, quando comenta sobre a anistia dada aos rebeldes de 1842, publica uma matéria retirada do jornal *Pharol* dizendo que começou uma *grande obra*

⁶⁰ *A Tribuna*, 14 de abril de 1845, n.9, p.2-3.

⁶¹ *Ibidem*, 07 de abril de 1845, n.7, p.1.

⁶² Honório Hermento Carneiro Leão

⁶³ PINTO, Edmundo Luz. *Principais estadistas do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.p.167

de conciliação⁶⁴. Todavia, o *Filho da Joanna* comenta que a oposição não quer essa conciliação, a folha que o ministério está buscando acabar com as rivalidades, mas que a oposição prefere continuar brigando a aceitar uma conciliação⁶⁵.

A *Tribuna*, ao comentar sobre a pacificação do Sul⁶⁶, fala que esse momento de paz é uma extensão do momento de paz que o país estaria vivendo, que o país estaria entrando numa *nova era*:

[...] A politica da conciliação aliada com a energia deve-se este resultado, que há um anno bem longe de esperar. Com o ramo da oligarchia em uma mão e a espada n'outra, o ministro collocado assim em uma posição digna e respeitavel conseguiu sem muita difficuldade o que governos sem fé e sem confiança nunca houverão conseguido da simples força bruta. A palavra da conciliação, e a escrupulosa lealdade no cumprimento do promettido, tem produzido em toda a parte seus abençoados fructos.[...]⁶⁷

Podemos perceber que a imprensa é palco de disputas de ego, de convencimento, de defesa de projetos políticos, de doutrinação e de formação de opinião pública. Os folhetos escrevem não só para informar, mas para defender-se, para dialogar. A preocupação vai além de mostrar um projeto político para o leitor. É uma tentativa de aceitação de ideias por parte do leitor. Vemos nas folhas analisadas a preocupação em convencer o outro e mostrar-se aceito, mais digno que a folha de oposição.

A imprensa pode ser vista mais que um círculo de informação e sim um círculo de debate. No qual debater pode ir além de ter argumentos sólidos para defender um projeto político ou político aliado. Debater na imprensa pode ir mais longe, ataques morais, exposição dos defeitos físicos, evidenciar os deslizes da vida pessoal dos adversários. Há uma preocupação em invalidar o adversário moralmente, pois assim tirando-lhe as virtudes ficaria mais fácil invalidar suas propostas e ações políticas.

⁶⁴ *Filho da Joanna*, 19 de março de 1844, n.5, p.2-3.

⁶⁵ *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.2-3.

⁶⁶ Revolução Farroupilha.

⁶⁷ *A tribuna*, 31 de março de 1845, n.5, p.4.

Esse diálogo serve também para o posicionamento de cada periódico em relação ao ministério no poder. Ainda que algumas folhas não se posicionem inicialmente a favor ou contra o ministério. Através da assimilação ou negação das críticas feitas pelos jornais de oposição, as outras folhas vão marcando seu lugar nessa arena de debates. O contato entre as folhas tem também um sentido positivo nas relações, a partir do momento que uma folha reproduz a matéria da outra para mostrar posicionamentos equivalentes. Pode-se perceber também a utilização por parte das folhas liberais a reprodução de matérias produzidas em folhas liberais de outras províncias.

Há a ideia de que a imprensa no Segundo Reinado goza uma “tranquilidade” não experimentada na Regência⁶⁸, aí vale ressaltar o caráter pedagógico e doutrinário que cada periódico assume no sentido de chamar pra si a opinião pública para a defesa de seu projeto político. Até quando o jornal não se diz nem liberal nem conservador, há algum tipo de identificação pelo em relação ao gabinete no poder.

Apesar dos ataques pessoais, pode-se perceber uma preocupação da parte dos jornais ministerialistas em identificar o gabinete liberal como um ministério conciliador. Ainda que se façam críticas específicas e pessoais, como no caso do Pereira de Vasconcelos e o marquês do Paraná, e ao gabinete conservador que estava no poder anteriormente. É possível perceber a preocupação desses jornais em identificar os membros do ministério liberais como ligados a ordem.

Desta forma, é importante destacar que análise dos discursos na imprensa, ainda que de maneira introdutória, nos possibilita pensar um leque de relações que vão além da palavra escrita. São redes de relações que saem da tribuna, passam pelas confeitarias, pelas livrarias e chegam às folhas dos periódicos. É um diálogo que toma proporções gigantescas e passam a fazer sentido a partir do momento que vemos a defesa de um projeto políticos nas folhas impressas a partir da sua implantação no dia a dia. A análise desse diálogo entre as folhas da época proporcionar entender o processo de governo liberal mais de perto, possibilita perceber como cada ação do gabinete era vista e debatida pela opinião pública.

⁶⁸ MOREL, MARCO; BARROS, MARIANA Monteiro de. R. de Ob. Cit. p.33.

Capítulo 3- Principais assuntos abordados pelos periódicos

Ao longo do governo liberal, a imprensa periódica relacionou os acontecimentos do Império com as atitudes tomadas pelo gabinete em relação a eles. Alguns assuntos foram tratados esporadicamente, enquanto outros ganharam dessas folhas atenção especial.

Temos por objetivo dar uma pequena contribuição sobre os assuntos que estavam no contexto das publicações periódicas na Corte. Apesar de os periódicos aqui analisados serem políticos podemos observar sua ligação com o contexto social da época. Assim os assuntos que fazem parte das discussões do dia a dia do povo, refletem-se nas pautas dos periódicos.

O *Filho da Joanna*, ao longo de suas publicações, se ocupou dos negócios públicos, de problemas do dia a dia como a falta de água. Além do enfoque político relacionado a atitudes do ministério e sua relação com os partidos, preocupa-se também com questões administrativas como as demissões e admissões de funcionários do governo.

O *Conservador*, além da análise das ações do ministério, voltou para notícias de variedades, até mesmo fazendo a necrologia quando noticiou a morte de alguém. Apesar de sua curta publicação, o *Conservador* conseguiu dar um apanhado da imprensa na Corte e como estava posicionado o cunho das publicações.

A *Tribuna* devido ao maior número de publicações conseguiu manter seu público leitor bem informado sobre a situação política na corte e sobre o que estava acontecendo nas outras províncias.

Alguns assuntos foram abordados extensivamente pelos periódicos, dado a sua importância no contexto político. As demissões de funcionários e a anistia aos revoltosos de 1842 foram assuntos pertinentes no primeiro ano de governo do Ministério Liberal, por isso ganharam bastante atenção dos periódicos *Filho da Joanna* e *Conservador*.

A *Tribuna* deu destaque para as questões como a pacificação do Sul, o nascimento do príncipe imperial, D. Afonso Pedro de Alcântara e o projeto da lei das eleições. Sendo o último assunto o mais explorado.

As demissões

O *Filho da Joanna* desde sua primeira publicação preocupou-se em aconselhar o novo ministério para que este afastasse de si os funcionários ligados ao ministério anterior. Segundo a folha, funcionários ligados ao ministério conservador não seriam leais ao ministério atual e tentariam ao máximo atrapalhar e corromper a implantação do projeto político do gabinete liberal.

Para o *Filho da Joanna*, o novo ministério deveria livra-se do medo de se indispor com a oposição e fazer as demissões necessárias. O ministério devia já seu primeiro mês de formação mostrar-se um ministério forte e destemido. A folha ressalta que o medo de se indispor com a oposição só prejudicaria o gabinete, porque o medo de desagradar a oposição só faria com que o ministério se desentendesse com seus aliados. E no final, teria desagradado os dois lados.⁶⁹

Entretanto, a folha colocava critérios para essas demissões. Para a folha se o funcionário fosse um funcionário útil para o país, ele deveria ser mantido em seu emprego. Mas, se o funcionário fosse corrupto e possivelmente viesse a atrapalhar o país ou fosse um funcionário inútil, deveria ser demitido. Para o *Filho da Joanna*, o novo funcionário a ser chamado não precisava estar ligado ao ministério liberal, bastaria que não fosse ligado ao ministério anterior. A folha sugeriu que fossem chamados aos cargos pessoas competentes, e não enxergava problema no fato do funcionário não estar ligado ao ministério. Ao contrário, a folha via isso até como um ponto positivo, pois assim o ministério se mostraria justo e imparcial. A principal demissão que o *Filho da Joanna* defendia era a do presidente da província do Rio de Janeiro, João Caldas Viana. A folha o acusava de violar as leis, desperdiçar dinheiro público e incompetência administrativa⁷⁰.

O *Filho da Joanna* diz que falta energia ao ministério para tomar as atitudes necessárias. Reclama que há um mês no poder, o ministério ainda não teve força para fazer as demissões e admitir funcionários mais leais e competentes. A folha ainda reclama que a oposição fazia uso dessa fraqueza do ministério para desqualificá-lo, publicando que o ministério ir fazer alguma demissão e depois colocando que o ministério tinha desistido.

⁶⁹ *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.1-2.

⁷⁰ *Ibidem*, 05 de março de 1844, n.2, p.4.

Mostrando, assim, um ministério fraco, que mesmo ao tomar alguma iniciativa acabava sempre sendo ás pressões da oposição para não se indispor.

A folha aponta a dificuldade das demissões para o fato dos funcionários serem apadrinhados por algum político ou alguém de influência na opinião pública, o que travaria as ações do ministério. “Se o governo só demitir os empregados que não tiverem patronos, então não haverá uma só demissão: porque todos os ladrões estão bem escorados”⁷¹.

O *Filho da Joanna* tenta, ao longo de suas publicações, pressionar o ministério por posturas mais incisivas: Embora, algumas vezes, fazendo uma meia culpa, dizendo que os ministros por serem honestos acabariam acreditando nas promessas de lealdade dos funcionários ligados ao gabinete anterior.

O assunto das demissões era tão corrente que havia a preocupação que se fizesse as demissões certas e não sair desocupando o cargo de acordo com interesses pessoais. Com essa preocupação publica o *Conservador*:

As demissões

Por todos os meios procurão os opposicionistas desacreditar o ministério, e tornar desejavel a sua queda: repetem hoje tudo quanto fizerão de julho de 1840 a março de 1841, persuadidos de que o resultado ser identico: os seus chefes inventão mil demissões, que na sua imprensa são dadas como projectadas, ou como já deliberadas. A facção sabe que alguns empregados não podem ser conservador, ou pelo mal que desempenhão as suas obrigações, ou pelo descredito em que teêm cahido; por conseguinte apressa-se a del-os como demittidos, apresentando-os como victimas de suas oppinões politicas: e entre estes dá também a noticia da demissão de honrados servidores do Estado e d’esta sorte julga estabelecer a desconfiança entre o governo e estes empregados; desconfiança que se aumenta á proporção

⁷¹ *Ibidem*, 08 de março de 1844, n.4, p.4.

que se vão realizando algumas demissões d'aquelles outro, que a facção havia anunciado: o empregado honrado que vê realizarem-se alguma demissões anunciadas pelos jornais da facção, persuade-se que a sua, igualmente anunciada n'essas mesmas amanhã ou depois...e desde logo se previne contra o ministerio: os seus amigos, os seus parentes da mesma forma se tornão ariscos; e a população que acredita n'esses boatos, que espera a demissão dos melhores funcionarios publicos, pronuncia-se desde logo contra o governo; censura muitas vezes o que não esta feito, o que nunca foi projectado, o que se não há de realizar!... mas isto é o que quer a facção destruidora da moral, e de tudo quanto há de justo, de santo e de honesto.⁷²

O *Conservador* preocupa-se com a imagem do ministério. Apesar de defender as demissões, a folha preocupa-se com os boatos inventados pelos jornais de oposição. A folha sugere que o Ministério crie uma folha oficial para pode se defender desse tipo de boatos.

A Anistia

Após a derrota dos mineiros em Santa Luzia, em 1842⁷³, os insurgentes foram processados e se sentiam perseguidos pela mão conservadora na província e pela rígida ação do chefe de polícia, Francisco Diogo de Pereira Vasconcelos. Essa perseguição por parte dos conservadores fez com que muitas folhas liberais usassem seus espaços para defender e clamar por anistia.

O *Filho da Joanna* com a notícia da futura anistia⁷⁴ comenta que o d. Pedro II desde o início levado pelo seu senso de justiça sentiu em seu coração o desejo anistiar os revoltosos. Todavia, por influência negativa do ministério de conservador, em especial Honório Hermeto Leão, o Imperador teve medo de novas revoltas. Segunda a folha, os ministros do gabinete anterior davam falsas informação ao Imperador para continuar perseguições e impedir o

⁷² *Conservador*, 23 de abril de 1844, n.3, p.2.

⁷³ Sobre o movimento de 1842, ver. IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 371, t. 2, v. 2, livro 4, cap. 3.

⁷⁴ *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.3.

direito da anistia. Quando aprovada a anistia, o *Filho da Joanna* agradeceu o gesto do Imperador e considerou a ação como um primeiro passo da grande obra iniciada pelo ministério liberal. Para a folha, a anistia era decisão que acalmava os ânimos e cessava os ódios um sinal de patriotismo⁷⁵.

[...] Se á mais tempo aos ouvidos do Monarcha tivesse chegado os justos queixamentos dos seos mais fieis súbditos; se os passados ministros usando a linguagem da verdade, e da franqueza, como os actuais fizerão, mostrassem ão, mostrassem a indispensabilidade d'um amnistia geral indispensabilidade d'um amnistia geral, ella se teria realisado á muito. Duas vezes o magnanismo coração do Sr. D. Pedro 2º. lhe pedio um acto de clemencia, um perdão para os illudidos, duas vezes o Sr. D. Pedro 2º. quis estancar as lagrimas, que a sedicção ainda fazia correr; mas os perfidos conselhos de seos passados ministros, as falsas informações que estes lhe derão do estado do paiz, repellião um acto que da humanidade recebia o impulso.[...]⁷⁶

O periódico *Conservador* publica, pouco depois de um mês da aprovação da anistia⁷⁷, uma matéria tirada do periódico mineiro, *O Itacolomy*⁷⁸. A matéria agradece ao Imperador pelo ato que alegra ao todos os corações mineiros. A folha mineira comenta que os participantes da revolta estavam cansados de tanta perseguição desnecessária. Para *O Itacolomy*, essa direito de anistia foi uma conquista do gabinete liberal que sabiamente aconselhou o Imperador e que vinha buscando um governo de justiça e honra voltado para as conciliações.

Chama atenção, o uso doutrinário de Montesquieu por parte do jornal para justificar e enaltecer a decisão de d. Pedro II. A folha diz que seguindo Montesquieu, o Imperador usou o recurso de poder dos moderados, o direito de agraciar, o direito de anistias os crimes políticos. Assim como disse o *Filho da Joanna*, para *O Itacolomy*, já existia no coração de d. Pedro II o desejo de anistiar, mas os responsáveis pelo seu gabinete anterior não haviam o aconselhado.

⁷⁵ *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.2.

⁷⁶ *Ibidem*, 19 de março de 1844, n. 5, p.3.

⁷⁷ *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.4.

⁷⁸ Periódico liberal, publicado em Ouro Preto no período de 1843-1845, apenas com a 4 números. Seus editores foram: Padre Antonio de Souza Braga, Joao Neponuceno Nunes Bandeira e Florentino Carlos Prudente.

O jornal fala que essa postura do gabinete anterior era uma tentativa de mostrar forte, mas que nem sempre um governo consegue mostrar sua seriedade só pela força. A folha comenta que a anistia é um ato de moderação e conciliação merecendo ser apoio por homens de qualquer lado político.

Em outra reprodução no *Conservador*⁷⁹, a matéria do *Itacolomy* diz que a folha foi criada para defender os revoltosos de 1842 e para protegê-los da onda de perseguição pela qual estavam passando, dessa maneira com a confirmação da anistia seu objetivo tinha sido alcançado. Entretanto, o jornal diz que continuará circulando em gratidão ao ministério. Não que este necessite de sua defesa, mas que a forma que a folha tem de demonstrar apoio.

A lei de eleições

Desde sua primeira publicação ao noticiar sobre os acontecimentos da Câmara dos Deputados, *A Tribuna* mostrou-se atenta às discussões sobre o projeto da lei de eleições e sua importância. Fala que a iniciativa de discutir esse projeto é uma prova de o gabinete liberal não tem desejo de se perpetuar no poder, coisa impossível de ver no gabinete anterior. A folha mostra que esse debate tem sido feito de maneira clara e franca, e conta com interesse e a atenção de todos os deputados.

Ao analisar as eleições e os partidos no Império, José Murilo de Carvalho trata desse projeto que se torna lei em 1846. É a primeira lei votada dentro de um processo de desenvolvimento da legislação, para ele uma involução. A lei passa a calcular a renda dos votantes em prata, assim o valor mínimo de Rs100\$00 passa para Rs200\$000, uma dobra na quantia exigida. A lei também excluía as praças de pré. No que diz respeito à cidadania, José Murilo considera aprovação da lei um prática de exclusão. O autor fala ainda da tentativa dessas leis em restringir o poder do governo sobre as eleições, e do interesse em fazer representadas as minorias na Câmara. Sobre esses e outros aspectos da lei de eleições que *A Tribuna* se propõe a discutir, no tempo em que lei estava em fase de projeto.

Para *A Tribuna*, a discussão do projeto na câmara é uma verdadeira representação nacional dos interesses sociais. A folha fala que os decretos aprovados anteriormente possibilitavam aos deputados fazerem o que quisessem do poder. Mostra que a união do chefe província com o comandante de armas, os inspetores de fazenda, juízes de direitos, ganhavam

⁷⁹ *Conservador*, 23 de abril de 1844, n.3, p.3.

qualquer eleição. E que essa lei de eleição tinha que conseguir acabar com esse mal, caso o contrário seria inútil.

O que a *Tribuna* aqui mostra como pratica negativa das alianças políticas, José Murilo trata como falseamento das eleições através da interferência do governo⁸⁰. Prática que só foi efetivamente combativa, no período da Conciliação, introdução das incompatibilidades eleitorais na lei de círculos do marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão).

A *Tribuna* comenta que sobre esse ponto das incompatibilidades, os deputados tende a fugir do assunto ou considerar a medida como institucional. A folha valoriza o extenso debate feito na câmara sobre o projeto, fala que é uma ótima forma dos deputados mostrarem que não são manipulados por ninguém. Para a *Tribuna*, os principais aspectos do projeto são os que dizem respeito a qualificação dos votantes e a incompatibilidade dos empregados. Por isso, ele pede que o debate se aprofunde.

[...] Muito receamos que a attenção de grande numero de deputados se fixe exclusivamente na medida, que, disse, será restabelecida, acerca dos senhores juizes de direito. O projeto carece de alguns melhoramentos, e elles não poderão fazer-se por ventura não for considerado em sua totalidade; por isso rogamos muito encarecidamente aos nobre deputados, que possão divegir de opiniões sobre um ponto, que prestem toda a attenção de outras partes do projecto que não jogam com interesses encontrados, e quiçá inconcilliaveis até certo ponto[...]⁸¹

Focar nesses assuntos que ganham atenção especial dos periódicos, nos possibilita entender como questão do dia a dia é abordada pela imprensa periódica. A questão da ocupação dos cargos é encarada pelo periódico como uma questão ao mesmo tempo política e administrativa, mas pode-se perceber uma preocupação da folha em entender como essas mudanças estruturais podem interferir no dia a dia da província, por exemplo.

Anistia é apresentada pelos periódicos como algo que já estava no desejo do coração do Imperador, mas que foi ignorado devido aos maus conselhos dado pelo ministério anterior.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de sombras – política imperial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. p.401.

⁸¹ *A Tribuna*, 02 de maio de 1845, n.13, p.2-3.

Aí chama atenção a relação das folhas daqui da corte com as de Minas Gerais e São Paulo. Essa troca de informação é de certo modo uma forma de proximidade entre as folhas ministeriais no sentido de dar apoio na luta travada com os periódicos de oposição. Dado que esse periódicos em geral são de maior circulação dos as recentes folhas governistas.

Sobre a lei de eleições chama atenção a riqueza de detalhes na apuração das discussões feitas na câmara. Podemos perceber como as folhas apesar de favoráveis ao governo liberal, assume postura de instruir o gabinete para tomar as decisões mais acertadas.

Cabe comentar ainda que através da análise dos periódicos, é possível perceber que os mesmos junto com as aumento da periodicidade, os jornais passam a destinar-se a publicar anúncios, variedade e literatura:

LITTERATURA

SOBRE OS SABIOS

O nome de sabio dá-se hoje em dia de um modo muito estranho, e o caso é que apenas são medíocres litteratos.

Nada é mais commum do que encontrar homens que sobre pretexto de uma sobença, que a sua imaginação engrandecer, se tornão ridículos, e até odiosos pelos excessos da sua desmentida vaidade.

O objecto dos estudos é tão grande, e tão variado que nem sempre escapa uma grande parte delles ás nossas luzes. Por maiores que sejam os nosso talentos, e esforços, sempre nos fica necessariamente uma infimidade de cousas por saber; o que sabemos bem, não tem comparação com o que sabemos mal; porque a nossa ignorancia é illimitada sempre que consideramos a vastisdão da sciencia. Um philosopho da antiguidade, que n'uma idade avançada desde a sua mocidade nunca tinha abandonado o estudo, sendo perguntado se estava senhor de bastante sciencia respondeu *umim suo quod nilsil sein*, isto é, só sei que nada sei.

Esta resposta deveria bastar para dissipar os humos que se levantão n'um espirito enfetuado da uma ideia que forma do seu merecimento.

Nada ha mais aborrecível na sociedade, do que aquelles individuos, que afirm de mostrarem o seu saber, contradizem tudo, querendo demonstrar o contrario do que se diz. Basta somente que se explique a razão que cada um tem para pensar desta, ou daquella maneira, para elles imediatamente se enchio de fojo, sendo uma grande raridade se se abtem são que todos os sujeitem as suas decisões como a oráculos.

O verdadeiro sabio pelo contrario, é cheio de affabilidade e doçura; não embirra nas suas opiniões: e sabe por experiencia que nada e tão facil como cahir no erro.

Se aquelles com que se entitem são de sentimentos oppostos ao seu examina primero se é elle próprio que se engana, e então reforma as suas ideias; longe de se envergonhar por ser desenganado, antes agradece aos livrao do erro.

É certo que os sábios ignorão ás vezes muitas causas que não são desconhecidos aos menos instruidas. A experiencia do mundo lhes é necessaria , porque com ella nos instruímos em mil cousas que os livros não podem ensinar.”⁸²

Através dessas análises podemos perceber como se dá o processo de conquistas e tomadas de decisões pelo ministério liberal. Saímos da ideia pronta de uma lei tomada ou descartada, e focamos no processo que se chega a determinadas decisões, como as posturas amadurecem na construção da opinião pública. É pensar o ministério liberal não como um momento político que não tomou as decisões reivindicadas e seguiu dentro de plano político ideológico conservador, é sim focar na forma como esse modo de governo foi construído.

⁸² *A Tribuna*, 02 de maio de 1845, n.13, p.4.

Conclusão

A historiografia atual tem se voltado para as relações estabelecidas ao longo do Império brasileiro. Trabalhos de extrema importância foram publicados como resultados de extensos anos de pesquisas no que tange a essas relações através na imprensa, em especial na Corte.

Todavia, mesmo a existência de clássicos como o *Tempo de Saquarema*, de Ilmar Mattos, falta à produção e à pesquisa em História trabalhos voltados para o Segundo Reinado que consigam passear por perspectivas que não estejam presas as relações entre os liberais e conservadores de forma dicotômica.

O trabalho se propôs apresentar a política no Segundo Reinado como o foco voltado para o Partido Liberal, o ministério liberal e suas ações. É uma tentativa de sair da ideia, ora liberal, ora conservador. Acredito que temos uma rica produção historiográfica a respeito da projeto político e ideológico conservador. Falta-nos conhecer melhor o lado liberal e as relações políticas formas a partir de suas ações e relações.

Através do presente trabalho, podemos perceber que o Gabinete Liberal inicialmente ficou travado a falta de apoio na Câmara e que os próprios jornais ministerialistas muitas vezes apontaram como solução, a dissolução da Câmara. Fato que mostra a importância do Poder Moderador para essa manobra política.

Sobre a relação do ministério com o Partido Liberal nota-se que não há um consenso entre os periódicos. Alguns o identificam como do partido liberal outros como pertencente a uma terceira facção. Ainda que maneira muito superficial, o trabalho abre possibilidades para novas pesquisas no que diz respeito a composição do Ministério. Pensar a relação desse gabinete com os liberais históricos ou com liberais que compunham o Senado. Assim como analisar a inserção desses políticos nas fileiras políticas das oligarquias baianas, assim como a relação dos mesmos como os liberais mineiros e paulistanos, são abordagens interessantes para futuras análises.

O diálogo na imprensa mostra o intenso debate das folhas ministeriais com as de oposição, *O Brasil* e *A Sentinella da Monarquia*. Pesquisar voltadas para esse foco poderiam, por exemplo, mostrar como os jornais oposicionistas identificavam o gabinete como liberal de fato, e a existência ou não de ponto de convergência entre as folhas que se colocam em lados opostos.

No que diz respeito à ideia de conciliação, jornais como *A Tribuna*, que analisam as discussões feitas na Câmara, possibilitam a identificação mais clara de um projeto político a ser colocado em prática.

A pesquisa, apesar de seu caráter introdutório, abre caminho para novas abordagens a respeito das relações e práticas políticas construídas durante o período de consolidação da Monarquia Imperial.

Assim, vale ressaltar, a abordagem original do trabalho em analisar o Gabinete Liberal a partir das suas relações e como estas eram vistas pela imprensa periódica da época. A pesquisa preocupa-se analisar o processo de governo. Entretanto, suscita possibilidades de futuras pesquisas que se dediquem a pensar o período de 1844 a 1848 fora da ótica conservadora, focando numa análise voltada para as relações construídas pelos liberais a partir de suas ações.

BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcelo. Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830. In: Gladys Sabina Ribeiro (organizadora). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, p.207-224.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1.

_____. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de sombras – política imperial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. P.199-236;408.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965-72, II, 3v.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 371, t. 2, v. 2, livro 4, cap. 3.

JAVARI, Barão de *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREL, MARCO; BARROS, MARIANA Monteiro de. PALAVRA, *imagem e poder. O surgimento da IMPRENSA no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, D&PA, 2003.

PINTO, Edmundo Luz. *Principais estadistas do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

QUEIROZ, Tatiane Rocha de. *Do regressismo ao conservadorismo do periódico "O Brasil"(1840-1843)*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Teófilo Benedito Ottoni. "Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura". Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.

VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

